

O Mundo em Português N°1

Outubro 1999

Timor depois do Kosovo

Álvaro de Vasconcelos

A mobilização da opinião pública internacional e o bom precedente do Kosovo impediram que Timor fosse um novo Ruanda. Tudo é preciso fazer, agora, para que não seja uma nova Somália.

É um sinal expressivo dos tempos que, alguns meses depois da intervenção no Kosovo, uma força multinacional tenha desembarcado em Timor, com um mandato que lhe permite recorrer a «todos os meios necessários» para restaurar a paz e a segurança.

Timor balançou entre a repetição trágica do imobilismo que permitiu o genocídio no Ruanda e a resoluta intervenção no Kosovo. Perante a destruição, as deportações, os massacres, houve manifestações de solidariedade por todo o mundo e a comunidade internacional acabou por mobilizar-se. Timor deixou de ser a causa do seu povo, dos portugueses e de poucos mais, para ser causa de quantos se empenham na defesa dos direitos do Homem e consideram que o nacionalismo extremo no Kosovo ou em Timor é uma ameaça grave para a segurança internacional.

Para a universalização da questão de Timor contribuiu decisivamente a resistência dos timorenses e a persistência da diplomacia portuguesa. Timor é hoje um exemplo de escola de como um pequeno país, membro da União Europeia, se a causa que defende for justa e tiver uma sólida base interna (neste caso, em Timor), pode acabar por encontrar apoios significativos. A intervenção em Timor, no entanto, não teria sido possível sem o precedente do Kosovo. Sem o Kosovo, Timor estava condenado a ser um novo Ruanda.

Quando da intervenção no Kosovo, Bill Clinton afirmou que onde quer que alguém atacasse e chacinasse civis inocentes e «estiver ao nosso alcance travá-lo, nós o travaremos». As primeiras reacções americanas aos massacres em Timor não foram consequentes com esta declaração. Bem pelo contrário. Timor, afinal de contas, era na Ásia (não na Europa, leia-se), como lembraria Sandy Berger, o conselheiro para a segurança do presidente Clinton. Timor é para os «realistas» americanos, como para Kissinger quando da invasão, em 1975, «apenas» um problema humanitário, não um problema estratégico. Mas também o era, no essencial, o Kosovo. Como afirmou Stanley Hoffman, não intervir em Timor seria «pedalar para trás» em relação aos valores e princípios afirmados e impostos no Kosovo.

Não intervir em Timor poria em causa o bom precedente estabelecido no Kosovo de que as violações graves dos direitos humanos não serão toleradas, e o direito de intervenção humanitária teria sofrido um grave revés. Como afirmou então Ramos Horta, «o não uso da força poderia ser interpretado como licença para matar e agredir»; «o mundo», sublinhou noutra ocasião, «é cada vez mais pequeno e menos seguro para os tiranos». A intervenção em Timor é uma recusa de usar «dois pesos, duas medidas». Ser coerente não é defender a intervenção no Kosovo e não em Timor, ou defender a intervenção em Timor e não no Kosovo, como tantos entre nós.

Neste caso, foi possível que a intervenção fosse legitimada pelas Nações Unidas. E se isso não tivesse acontecido, se a China ou a Rússia tivessem vetado, o que era bem provável se a Indonésia não tivesse acabado por aceitar a intervenção? Sem

uma resolução do Conselho de Segurança, deveriam os Estados democráticos deixar completar-se o massacre e a deportação dos timorenses? É evidente que não.

É ainda cedo, no entanto, para se afirmar que finalmente a comunidade internacional cumpriu as suas obrigações para com Timor. Restam ainda dois problemas graves e interligados: a ratificação dos resultados do referendo pelo parlamento indonésio, que deve ter lugar em Novembro, e sobretudo a presença militar indonésia e das milícias em Timor. Se o parlamento votar «não» à independência, o que não é provável, como reagirão as forças indonésias? E se os militares indonésios continuarem, mesmo a partir de Timor Ocidental, a proteger as milícias com quem muitos se confundem? Como reagirá a força multinacional? Retirando às primeiras baixas, como na Somália? Ou reforçando a sua presença?

Há que atentar nas fraquezas do acordo de Nova Iorque para impedir que a tragédia se repita e Timor seja uma nova Somália. Tinham razão os que alertaram, na altura, para o risco e o absurdo de fazer depender a segurança do referendo das forças armadas indonésias (TNI). A força internacional com a presença das TNI é de novo «o acordo possível»? O sucesso da operação está agora, é verdade, menos dependente da «boa fé» dos militares. Mas é preciso assumir definitivamente que as TNI, onde predominam os nacionalistas antidemocratas, não são parte da solução da crise timorense; são, pelo contrário, a causa dessa crise.

É necessário e urgente proteger os deportados timorenses em Timor Ocidental e impedir que esta parte da ilha se torne num santuário das milícias para acções de terror em Timor Leste.

Para as Nações Unidas, este é um teste decisivo. Tendo fracassado em Angola, no Haiti, no Ruanda, na Somália, na Bósnia, tendo assistido, impotentes, aos massacres em Timor após o referendo que promoveram, tendo sido incapazes de impor as suas próprias resoluções no Kosovo, as Nações Unidas descreditaram-se e perderam legitimidade.

O sucesso da missão em Timor é vital para o povo timorense e seria um bom estímulo para uma nova legalidade internacional assente nos deveres e não nos direitos dos Estados e num multilateralismo eficaz. Timor pode e deve tornar-se argumento forte dos que, em Angola, por exemplo, exigem um maior empenhamento da comunidade internacional.